



NS-01

CONCURSO PÚBLICO 2013 - EDITAL Nº 63/2013

ADMINISTRADOR - ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um cartão de respostas e um caderno de respostas para as provas objetiva e discursiva, respectivamente; e um caderno de questões contendo 60 (sessenta) questões da prova objetiva e 5 (cinco) questões da prova discursiva. Verifique se os seus dados estão corretos. Se necessário, comunique ao fiscal.
2. É responsabilidade do candidato se certificar de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no seu cartão de respostas e no seu caderno de respostas.
3. O cartão de respostas e o caderno de respostas só podem ser preenchidos com caneta esferográfica de tinta indelével azul ou preta (Edital 63/2013, subitem 12.8.3).
4. O cartão de respostas e o caderno de respostas NÃO podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
5. Assinale no cartão de respostas a alternativa correta. O preenchimento do cartão de respostas deve ser feito conforme o exemplo a seguir:
A) B) C) D) E)
6. Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer as provas objetiva e discursiva, incluindo o preenchimento do cartão de respostas e o caderno de respostas. Respeite o espaço destinado às respostas em ambas as provas.
7. A prova discursiva não deve ser identificada de forma alguma, sob pena de eliminação.
8. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
9. Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 63/2013, subitem 12.9, alínea "a").
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova o candidato poderá entregar o seu cartão de respostas e o seu caderno de respostas e retirar-se da sala de prova (Edital 63/2013, subitem 12.9, alínea "c").
11. Após o término de sua prova entregue, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas e o seu caderno de respostas ao fiscal.
12. Somente será permitido levar seu caderno de questões faltando uma hora para o término estabelecido para o fim da prova (Edital 63/2013, subitem 12.9, alínea "d").
13. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público (Edital 63/2013, subitem 12.9, alínea "e").
14. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos (Edital 63/2013, subitem 12.9, alínea "g").
15. Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do responsável pelo local.
16. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu cartão de respostas

"PRECISAR DE DOMINAR OS OUTROS É PRECISAR DOS OUTROS. O CHEFE É UM DEPENDENTE."
Fernando Pessoa - Livro do Desassossego - composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda livros na cidade de Lisboa

Cronograma Previsto - Divulgação e interposição de recurso

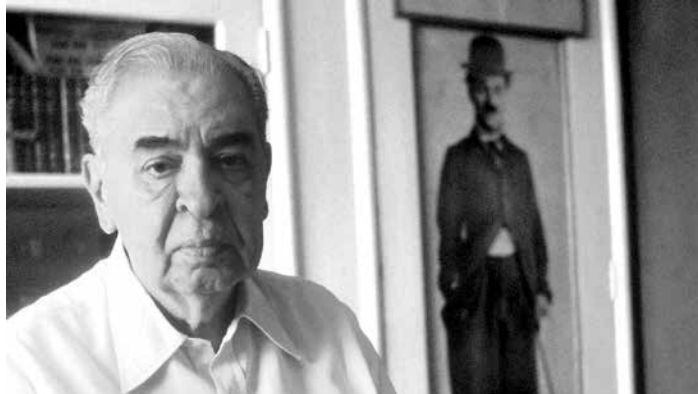
| | | |
|--|---------------|---|
| Divulgação do gabarito preliminar | 08/07/13 | http://concursos.pr4.ufrj.br |
| Interposição de recursos contra o gabarito preliminar | 09 e 10/07/13 | |
| Gabarito definitivo e resultado do julgamento dos recursos | 19/07/13 | |
| Pedido de vista do cartão de respostas | 22 e 23/07/13 | |
| Vista do cartão de resposta | 26/07/13 | |
| Interposição de recursos - resultado preliminar - prova objetiva | 29 e 30/07/13 | |
| Resultado final da prova objetiva | 02/08/13 | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Pedro da Silva Nava – Pedro Nava –, talvez o mais notável memorialista da literatura brasileira, dedicou-se originalmente à medicina. Graduado em 1928, em Belo Horizonte, o autor de *Baú de Ossos* fez brilhante carreira acadêmica. Foi Livre-Docente de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da então Universidade do Brasil (atual UFRJ), Catedrático e professor Emérito do Centro de Ciências Biológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), professor *Honoris Causa* da Faculdade de Medicina de Barbacena. Pioneiro da Reumatologia no Brasil, Nava, certa vez, assim se definiu: “*Aprendi e ensino. Para servir, aceitei por três vezes encargos de administração médica - o que é ato heróico... equivalente ao daquele que se dispuser a caminhar descalço num serpenteiro! Clínico da roça, fui médico, operador e parteiro.*”

1. Considere a Foto da FIGURA 1, os TEXTOS 1, 2 e 3 a seguir, e responda a questão proposta.

FIGURA 1



Pedro Nava. Foto de Ricardo Chaves.

TEXTO 1

“(...) peço, entretanto, que me recebam como quem tem procurado suprir o que lhe minguava de talento pelo que conservou de coração. Como quem tem sido Médico e tem exercido a Medicina na certeza absoluta das suas possibilidades de sedar a Dor e retardar a morte.”

Pedro Nava, Discurso de posse como membro titular da Academia Nacional de Medicina

TEXTO 2

|

(...)

era preciso que um antigo rapaz de vinte anos,
preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo,
viesses recompô-los e, homem maduro, te visitasse
para dizer-te algumas coisas, sobcolor de poema.

Para dizer-te como os brasileiros te amam
e que nisso, como em tudo mais, nossa gente se parece
com qualquer gente do mundo - inclusive os pequenos judeus
de bengalinha e chapéu-coco, sapatos compridos, olhos melancólicos,

vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem
nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia,
e vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor
como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua.

(...)

Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,
que entraram no cinema com a aflição de ratos fugindo da vida,
são duas horas de anestesia, ouçamos um pouco de música,
visitemos no escuro as imagens - e te descobriram e salvaram-se.

(....)

Falam por mim os abandonados da justiça, os simples de coração,
os parias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os indecisos, os líricos,
os cismarentos, os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.

(....)

II

(...)

E já não sentimos a noite,
e a morte nos evita, e diminuámos
como se ao contato de tua bengala mágica voltássemos
ao país secreto onde dormem os meninos.
Já não é o escritório e mil fichas,
nem a garagem, a universidade, o alarme,
é realmente a rua abolida, lojas repletas,
e vamos contigo arrebentar vidraças,
e vamos jogar o guarda no chão,
e na pessoa humana vamos redescobrir
aquele lugar - cuidado! - que atrai os pontapés: sentenças
de uma justiça não oficial.

(...)

Fragmentos de *Canto ao Homem do Povo* - Charles Chaplin, um dos 55 poemas de Carlos Drummond de Andrade que integram a obra *A rosa do Povo*, de 1945.

TEXTO 3

Sorria, embora seu coração esteja doendo
Sorria, mesmo que ele esteja partido
Quando há nuvens no céu,
Você conseguirá...

Se você sorrir
Com seu medo e tristeza
Sorria e talvez amanhã
Você veja o sol brilhando, para você
Ilumine seu rosto com alegria
Esconda qualquer traço de tristeza
Embora uma lágrima possa estar tão próxima
Esse é o tempo que você tem que continuar tentando
Sorria, o que adianta chorar?
Você descobrirá que a vida ainda continua
Se você apenas sorrir

Este é o momento que você tem que continuar tentando
Sorria, de que adianta chorar?
Você descobrirá que a vida ainda continua
Se você apenas sorrir.

Tradução da letra de *Smile*, canção composta, em 1936, por Charles Chaplin, para seu filme *Tempos Modernos*.

Compare os textos dados com a foto da figura 1 bem como o texto inicial da questão e assinale a alternativa que expressa a relação coerente entre eles:

- A) Pode-se inferir que há, sobretudo, dois fortes laços de identidade e afinidade que vinculam Pedro Nava com a arte de Charles Chaplin; com a grandeza de seu personagem célebre, o "vagabundo"; com o elogio-manifesto poético de Drummond: uma profunda percepção humanista do homem e uma busca intensa de comunhão solidária com o semelhante.
- B) É válido considerar que o traço comum que vincula, coerentemente, a Figura e os textos apresentados refere-se às limitações de talento artístico que Pedro Nava admite ter compensado com uma atitude sentimental no exercício da medicina.
- C) Como célebre Memorialista que foi, Pedro Nava – assim como Chaplin e Drummond –, encontrava no passado as razões essenciais das agruras e injustiças da vida presente e das possibilidades de redenção no futuro.
- D) Pode-se afirmar que Pedro Nava atribuía à medicina que ele exercia poderes da força mística do pensamento positivo, do otimismo, contida na arte de Charles Chaplin e de Carlos Drummond de Andrade, o que lhe dava a "(...) certeza absoluta das suas possibilidades de sedar a Dor e retardar a morte."
- E) É transparente o apreço de Nava pelo Vagabundo de Chaplin, que mantém em destaque em seu escritório, e pela arte poética de Carlos Drummond de Andrade, à qual humildemente se submete, quando afirma que, no exercício da medicina, conservou de coração o que "lhe mingua de talento".

2. A Imprensa Oficial do Estado de Alagoas publicou, em maio deste ano, o livro Relatórios de Graciliano Ramos Publicados no Diário Oficial. Escritos em 1929 e 1930, esses documentos públicos, endereçados ao então governador de Alagoas, Álvaro Paes, prestavam contas da administração do autor de Vidas Secas à frente da Prefeitura de Palmeira dos Índios. O uso de linguagem quase coloquial com traços de ironia, inesperada para textos oficiais, chama atenção. É o que ocorre, por exemplo, no trecho em que Graciliano se refere aos gastos com iluminação do Município: *“A Prefeitura foi intrujada* quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um bluff**.* Pagamos até a luz que a lua nos dá.”.

* enganada. ** blefe, em inglês.

Leia, atentamente, o trecho adiante, colhido no Relatório de 11 de janeiro de 1930, e responda a questão proposta:

“Não me resolveria, é claro, a pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.”

Assinale a alternativa que reproduz a redação do trecho selecionado, “atualizada” de acordo com as novas regras estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em dezembro de 1990, em Lisboa, e adotado no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 1995, no que se refere à acentuação gráfica, aos empregos do trema e da crase.

- A) Não me resolveria, é claro, a por em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.
- B) Não me resolveria, é claro, à pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.
- C) Não me resolveria, é claro, a por em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante.
- D) Não me resolveria, é claro, a pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.
- E) Não me resolveria, é claro, a pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.
3. Leia o trecho a seguir, que reproduz o item 1 das Diretrizes Gerais do Plano Diretor UFRJ 2020 (PD UFRJ-2020), aprovado pelo Conselho Universitário da instituição em 05 de novembro de 2009, e responda a questão proposta:

“1. O PD UFRJ-2020 é expressão e projeção, no tempo e no espaço, de uma vontade coletiva, democraticamente construída, de fazer da UFRJ uma universidade contemporânea de seu próprio tempo, consciente dos desafios que lhe são lançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, assim como por uma sociedade que traz as marcas tanto da condição periférica à globalização, quanto de perversas e inaceitáveis desigualdades e injustiças. Não queremos apenas uma universidade de qualidade e democrática, nem apenas que ela seja aberta a setores mais amplos de nossa juventude; queremos também uma universidade engajada na construção de um projeto de país que contemple a autonomia científico-técnica, a justiça social e a responsabilidade ambiental.”

Assinale a alternativa adiante que relaciona, EXCLUSIVAMENTE, características exigidas para a redação oficial, todas presentes no texto da questão.

- A) Estilo, criatividade, objetividade, capacidade argumentativa, organização frasal, concisão.
- B) Flexibilidade estilística, uso livre dos pronomes de tratamento, legibilidade, transparência semântica.
- C) Impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- D) Impessoalidade, uso do padrão culto de estilo, clareza, concisão, formalidade e criatividade.
- E) Impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e competência argumentativa.

4. Leia o trecho abaixo, adaptado – sem as marcações de crase – de matéria publicada na Revista CARTA CAPITAL (Ano XVIII. N° 750, de 29 de maio de 2013, e responda a questão proposta:

A pobreza leva a loucura

Estudos estabelecem relação direta entre a desigualdade social e a incidência de doenças mentais nos desassistidos.

Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio a miséria. Embora evidências recentes sugiram que a “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.

Marque a alternativa em que ocorre, em todos os casos, o emprego correto da crase:

- A) A pobreza leva a loucura. Estudos estabelecem relação direta entre a desigualdade social e à incidência de doenças mentais nos desassistidos. Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio à miséria. Embora evidências recentes sugiram que a “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.
- B) A pobreza leva à loucura. Estudos estabelecem relação direta entre à desigualdade social e a incidência de doenças mentais nos desassistidos. Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio à miséria. Embora evidências recentes sugiram que a “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.
- C) A pobreza leva a loucura. Estudos estabelecem relação direta entre à desigualdade social e à incidência de doenças mentais nos desassistidos. Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio à miséria. Embora evidências recentes sugiram que a “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.
- D) A pobreza leva a loucura. Estudos estabelecem relação direta entre a desigualdade social e a incidência de doenças mentais nos desassistidos. Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio a miséria. Embora evidências recentes sugiram que à “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.
- E) A pobreza leva à loucura. Estudos estabelecem relação direta entre a desigualdade social e a incidência de doenças mentais nos desassistidos. Na Londres do século XIX, Charlie Chaplin viveu uma infância atormentada pela pobreza e pelo declínio mental de sua mãe em meio à miséria. Embora evidências recentes sugiram que a “loucura” de Hannah Chaplin tenha sido causada pela sífilis, o ícone do cinema mudo registrou em sua autobiografia que os problemas mentais da matriarca decorreram do fato de ela passar fome para alimentar os filhos.
5. O texto adiante é uma adaptação de trecho da Introdução do BALANÇO DE ATIVIDADES do primeiro ano de funcionamento da COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), criada pela Lei Federal N°12528/2011. Leia-o, atentamente, e responda a questão proposta.

Dada a especificidade temática, a CNV ainda têm discutido formas para potencializar as ações já desenvolvidas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia (já foram contratados, por exemplo, consultores que ajudarão a CNV a mapear e sistematizar informações importantes contidas nos processos e acervos da Comissão de Anistia). Da mesma forma, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, publicado em 2007, da CEMDP, e o livro “Habeas Corpus”, da SDH, são referências básicas para a CNV.

No que se refere à concordância verbal, é correto afirmar que:

- A) A forma verbal “têm”, integrante da locução têm discutido, sublinhada no texto, está devidamente acentuada, uma vez que se refere ao sujeito de terceira pessoa do singular “CNV”.
- B) A forma verbal “têm”, integrante da locução têm discutido, sublinhada no texto, está indevidamente acentuada, uma vez que se refere ao sujeito de terceira pessoa do singular “CNV”.
- C) A forma verbal têm, integrante da locução têm discutido, sublinhada no texto, está devidamente acentuada, uma vez que se refere ao sujeito de terceira pessoa do plural “as ações”.
- D) A forma verbal “têm”, integrante da locução têm discutido, sublinhada no texto, está devidamente acentuada, uma vez que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Decreto Legislativo N° 54, de 1995, tornou facultativo assinalar com acento as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo.
- E) A forma verbal têm, integrante da locução têm discutido, sublinhada no texto, está devidamente acentuada, uma vez que se refere ao sujeito de terceira pessoa do singular “a especificidade temática”.

6. Considere os TEXTOS 1, 2 e 3, a seguir, e responda a questão proposta.

TEXTO 1

“A autonomia universitária representa um marco importantíssimo no desenvolvimento da sociedade brasileira. Após período de mercantilização da educação; de exclusão do alunado; e um seguinte de restrição do pensamento, a Universidade ganha a prerrogativa de desenvolver os seus estudos sem a ingerência do Estado. Esse é o sentido da autonomia universitária. Uma universidade autônoma representa um dos níveis de articulação do poder numa sociedade capaz de concebê-lo não como tutela, mas “enquanto espaço de deliberação coletiva sobre os interesses comuns, isto é, enquanto espaço público (OLIVEIRA, 2002, p. 216).”

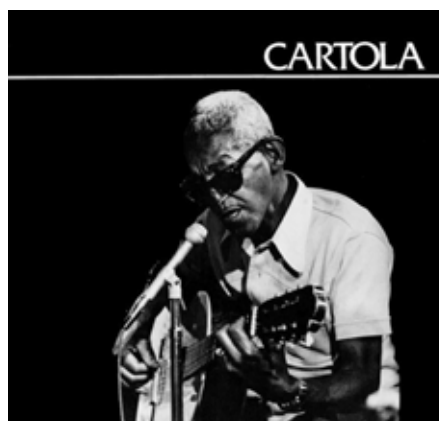
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: O CASO PARADIGMÁTICO DO “DUPLO CURSO” E A APLICAÇÃO DA LEGALIDADE ESTRITA*. Mariana Barbosa Cirne.

TEXTO 2

Autonomia

Autor: Cartola

“É impossível nesta primavera, eu sei / Impossível,
pois longe estarei / Mas pensando em nosso amor, amor
sincero/Ai!se eu tivesse autonomia/Se eu pudesse gritaria
Não vou, não quero / Escravizaram assim um pobre
coração / É necessário a nova abolição / Pra trazer de
volta a minha liberdade / Se eu pudesse gritaria, amor /
Se eu pudesse brigaria, amor / Não vou, não quero.”



TEXTO 3

Fragmento do Capítulo 1 da Obra O Processo, de Franz Kafka.

“— Aqui estão os meus documentos de identidade!

— E que importa isso para nós? —, perguntou então o maior dos guardas. —

Comporta-se, pior do que uma criança. Que deseja? Porventura acredita que poderá acelerar o curso de seu maldito processo discutindo conosco, que somos apenas guardas, sobre os seus documentos de identidade e a ordem de prisão? Nós somos apenas empregados inferiores que pouco sabemos de documentos já que nossa missão neste assunto consiste somente em montar guarda junto a você durante dez horas diárias e cobrar nosso soldo por isso. Aí está tudo o que somos; contudo, compreendemos bem que as altas autoridades a cujo serviço estamos, antes de ordenar uma detenção, examinam muito cuidadosamente os motivos da prisão e investigam a conduta do detido. Não pode existir nenhum erro. A autoridade a cujo serviço estamos, e da qual unicamente conheço os graus inferiores, não indaga os delitos dos habitantes, senão que, como o determina a lei, é atraída pelo delito e então somos enviados, os guardas. Assim é a lei, como poderia haver algum erro?

— Desconheço essa lei — disse K.

— Tanto pior para você — replicou o guarda.”

Com base na leitura dos textos dados, assinale qual das alternativas adiante expressa o significado mais adequado e completo de AUTONOMIA:

- A) Preservação da integridade do eu; princípio segundo o qual a vontade expressa livremente por pessoa capaz, e dentro das normas legais, deve ser considerada soberana.
- B) Direito de se administrar livremente, dentro de uma organização mais vasta, regida por um poder central; período de tempo em que um equipamento ou sistema pode manter suas características de funcionamento, sem a ação de agentes externos.
- C) Faculdade que possui determinada instituição de traçar as normas de sua conduta, sem que sinta imposições restritivas de ordem estranha; direito de um indivíduo tomar decisões livremente; capacidade de se autogovernar; direito que pode proteger indivíduos e instituições de atos arbitrários e injustos praticados por estruturas autoritárias de poder.
- D) Direito reconhecido a um país de se dirigir, soberanamente, segundo suas próprias leis; distância máxima percorível por um veículo, sem que haja necessidade de reabastecimento de combustível.
- E) Capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com sua influência subjugante; espaço de tempo em que uma aeronave permanece no ar em dada velocidade, até consumir quase todo o combustível.

7. Leia o poema *Pneumotórax*, publicado por Manuel Bandeira, em 1930, no livro *Libertinagem*, e responda a questão proposta:

Pneumotórax

Febre, hemoptise, dispnéia, suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.
- Trinta e três, trinta e três... trinta e três.
- Respire...

.....
- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

Quanto à regência, é correto afirmar que as formas verbais sublinhadas no poema são, como utilizadas, respectivamente:

- A) Transitivo direto, transitivo indireto.
- B) Intransitivo, transitivo direto.
- C) Transitivo indireto, transitivo direto.
- D) Transitivo direto, transitivo direto.
- E) Transitivo indireto, transitivo indireto.

8. O texto adiante é um trecho da crônica *De homens e mulheres*, de Elaine Tavares, publicada na edição nº 535, do Jornal semanal BRASIL DE FATO (de 30 de maio a 05 de junho de 2013). Leia-o, cuidadosamente, e responda a questão proposta.

“Desde pequenina circulo pelo universo masculino, mundo secreto, cheio de surpreendentes mistérios, sempre a me (1) atrair. Mas não o suficiente para desvendá-los (2), uma vez que, assim, perderiam beleza. Minha (3) opção foi despejar neles minha mulheridade em diálogo amoroso. Nunca pensei em competição ou igualdade. Não creio que sejamos iguais, homens e mulheres. Nosso mundo úmido também tem seus deliciosos mistérios, que (4) jamais poderão ser conhecidos pelo homem. São perspectivas diferentes e absurdamente belas, cada uma com suas (5) especificidades. (...)”

Assinale a alternativa que relaciona corretamente a classificação e colocação dos pronomes sublinhados e numerados no texto:

- A) (1) pronome pessoal oblíquo átono em próclise; (2) pronome pessoal oblíquo átono em ênclise; (3) pronome possessivo; (4) pronome relativo; (5) pronome possessivo.
- B) (1) pronome pessoal oblíquo tônico em mesóclise; (2) pronome pessoal oblíquo átono em próclise; (3) pronome possessivo; (4) pronome demonstrativo; (5) pronome possessivo.
- C) (1) pronome pessoal oblíquo tônico em ênclise; (2) pronome pessoal oblíquo tônico em mesóclise; (3) pronome possessivo; (4) pronome demonstrativo; (5) pronome possessivo.
- D) (1) pronome pessoal reto em próclise; (2) pronome pessoal oblíquo átono em ênclise; (3) pronome possessivo; (4) pronome demonstrativo; (5) pronome possessivo.

- E) (1) pronome pessoal reto em mesóclise; (2) pronome pessoal oblíquo átono em próclise; (3) pronome possessivo; (4) pronome demonstrativo; (5) pronome indefinido.

9. Leia o texto adiante, adaptado do portal eletrônico da Escola de Enfermagem Anna Nery, da UFRJ, e responda a questão proposta:



Anna Nery (1814-1880) foi a pioneira da enfermagem no Brasil.

A Escola de Enfermagem Anna Nery/EEAN da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, primeira Escola de Enfermagem no Brasil, surgiu no contexto do movimento sanitarista brasileiro do início do século XX. Em 90 anos de existência a instituição registra um papel histórico-social de vanguarda, na expansão e desenvolvimento da enfermagem em nosso País. Destacam-se nesse percurso, entre outras realizações, a criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (1926), atualmente Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; a criação de novas escolas de enfermagem; a organização de hospitais e centros de saúde, formação e qualificação de enfermeiros Especialistas, Mestres, Doutores e em Programas de Pós-Doutorado, principalmente, em todas as regiões do país e na perspectiva de Cooperação Técnica e Científico-Cultural com alguns países da América Latina (Argentina, Colômbia, México, Peru) e da África (Angola e Moçambique).

Indique a única alternativa que obedece às normas da concordância verbal:

- A) A criação de novas escolas de enfermagem e a organização de hospitais e centros de saúde, formação e qualificação de enfermeiros Especialistas, Mestres e Doutores é uma das contribuições da EEAN para o desenvolvimento da enfermagem em nosso País.
- B) A criação de novas escolas de enfermagem e a organização de hospitais e centros de saúde, formação e qualificação de enfermeiros Especialistas, Mestres e Doutores são algumas das contribuições da EEAN para o desenvolvimento da enfermagem em nosso País.
- C) A cooperação técnica e científico-cultural com alguns países da América Latina, como Argentina, Colômbia, México, Peru; e da África, como Angola e Moçambique; constituem outra importante contribuição institucional da EEAN.
- D) A criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (1926), atualmente Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, foram um marco da enfermagem no Brasil.
- E) A formação de especialistas, mestres, doutores e pós-doutores em enfermagem são contribuições decisivas da EEAN para o desenvolvimento da enfermagem no Brasil.

10. O texto adiante é parte do editorial “Bem-vindos médicos cubanos: É muita arrogância da elite brasileira criticar a qualidade da medicina cubana, sem apontar qualquer solução imediata”, publicado na edição nº 553 do Jornal BRASIL DE FATO, em 15 de maio de 2003. Leia-o atentamente e responda a questão proposta.

“O Brasil tem 455 municípios sem médicos, de um total de mais de 5.560 cidades no país. O problema é mais acentuado em regiões distantes dos maiores centros urbanos, como no Nordeste, que lidera a lista de cidades sem médicos com 117, 25,7% do total.

Além de nos faltarem profissionais, 70% dos médicos brasileiros concentram-se nas regiões Sudeste e Sul do país. E em geral trabalham nas grandes cidades.

(...)

Como enfrentar esse problema? Construir estruturas de saúde, proporcionar faculdades de medicina nas regiões carentes, possibilitar melhores condições de trabalho, atrativos de fixação para os profissionais da saúde. São as medidas de longo prazo que resolverão o problema. A questão, entretanto, é emergencial.

O que pode ser feito imediatamente, para atender uma população sem médico e qualquer posto de saúde? Com certeza investindo na formação de mais médicos. E isso vem sendo feito.

O número de vagas cresceu de 7.800 (1993) para 16.852 (2011) e a razão entre o número de inscritos por vaga passou de 25,5 para 41,3 no mesmo período. Portanto, a demanda por vaga em curso de medicina cresceu mais que a oferta.

Mas o modelo de formação de profissionais de saúde, com quase 58% de escolas privadas, é voltado para um tipo de atendimento vinculado à indústria de equipamentos de alta tecnologia, aos laboratórios e às vantagens do regime híbrido, em que é possível conciliar plantões de 24 horas no sistema público com seus consultórios e clínicas particulares, alimentados pelos planos de saúde.

(...)

Quanto à adequação vocabular, é correto afirmar que no texto há:

- | | |
|---|--|
| A) o uso excessivo e inadequado de numerais. | D) excesso, inadequado, de termos agressivos e irônicos para desqualificar a opinião contrária contra a qual se opõe. |
| B) o uso inadequado do registro informal. | E) o uso adequado da linguagem, baseado no registro formal e na norma culta da língua, uma vez que se trata de texto de opinião, portanto argumentativo. |
| C) o uso adequado do registro informal, uma vez que a natureza do texto requer a linguagem coloquial. | |

Lei Federal Nº 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (RJU)

11. “No Brasil, há uma certa expansão do Judiciário, mas gostaria de registrar que uma democracia precisa de política, política de qualidade. De modo que ninguém deve achar que o Judiciário vai ser o instrumento ideal de realização do governo das maiorias. Não é assim em parte alguma do mundo e não deverá ser no Brasil (...).”

Trecho de conferência proferida, em Salvador, pelo advogado Luis Roberto Barroso, indicado pela Presidente Dilma Rousseff para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

A afirmação do futuro ministro do STF surge, oportuna, em meio a um ambiente em que tem sobressaído uma tendência (e, mesmo, um gosto) de setores de nossa sociedade para a “judicialização da política e a politização da justiça”; o que afronta pressupostos do Estado Democrático de Direito.

Como se sabe, o estabelecimento de um Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas é uma determinação da Constituição Federal, promulgada em 1988, que reordenou democraticamente o país, depois de mais de 20 anos de ditadura militar.

Dentre as alternativas adiante, assinale aquela que contém o dispositivo do RJU que expressa uma relação direta com a ordem democrática que deve reger a organização e o funcionamento do Estado brasileiro.

- | | |
|---|--|
| A) A vacância do cargo público decorrerá de exoneração; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável; falecimento. | D) Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada. |
| B) Excluem-se do teto de remuneração a gratificação natalina, os adicionais noturno, de férias, de prestação de serviços extraordinários e o de exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas. | E) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. |
| C) A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano. | |

12. Graciliano Ramos foi o autor homenageado da 11ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP 2013), que assim resume, em parte, o perfil do literato: *“No próximo dia 27 de outubro se completam 120 anos do nascimento do autor, natural de Quebrângulo, Alagoas. Escritor, jornalista e político, Graciliano teve uma vida em que a literatura e a política se entrelaçaram e, não raro, as convicções e atividades políticas inspiraram suas obras de forte conteúdo social.”*

Quando Prefeito, eleito, de Palmeira dos Índios, Graciliano tornou-se nacionalmente conhecido pelos dois relatórios encaminhados, em 1929 e 1930, ao então Governador Álvaro Paes, com os quais presta contas da administração do município. O texto adiante é trecho do relatório relativo ao ano de 1928:

“(…)

LEIS MUNICIPAIS

Em janeiro do ano passado, não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite.

Constava a existência de um código municipal, coisa intangível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem.

Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura de Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.

Com elas e com outras que nos dá a Divina Providência consegui agüentar-me, até que o Conselho, em agosto, votou o código atual.”

Como se vê, o RJU é uma demonstração do quanto a administração pública, com todos os seus problemas, evoluiu nesses 85 anos que nos separam do notável relatório de Graciliano. Dentre os dispositivos do Regime instituído pela Lei Federal N° 8.112/1990 relacionados adiante, assinale a alternativa que menciona EXCLUSIVAMENTE itens referentes às PROIBIÇÕES, constantes do Capítulo II (*Das Proibições*), do Título IV (*Do Regime Disciplinar*):

- A) Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.
- B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- C) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- D) Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- E) Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

13. O Título III do RJU trata Dos Direitos e Vantagens dos servidores públicos federais. Nesse contexto, foram publicadas na grande imprensa, entre 02 e 04 de junho de 2013, matérias das quais reproduzimos trechos nos textos 1 e 2 a seguir:

TEXTO 1

“Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) (...) abriu as portas para que 4,9 mil magistrados da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho recebam pagamentos retroativos de auxílio-alimentação (...) Numa decisão sigilosa em agosto de 2012, os ministros do TCU já tinham dado sinal verde para pagamentos retroativos do auxílio nos tribunais superiores, o que de fato ocorreu (...) Com base nesse procedimento secreto, os ministros do TCU também se permitiram receber a regalia, calculada inicialmente a partir de 2011 e, em nova decisão, a partir de 2004.

TEXTO 2

O Conselheiro (...) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu ontem, por liminar, o pagamento retroativo de auxílio-alimentação para magistrados aposentados e em atividade em oito estados do país, além de pensionistas dos tribunais (...).”

Dentre as alternativas adiante, assinale aquela em que figura dispositivo NÃO previsto no **Capítulo I desse Título (Do Vencimento e da Remuneração)**:

- A) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- B) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- C) Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- D) Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
- E) Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

14. Considere os textos 1 e 2, a seguir, e responda a questão proposta:

TEXTO 1

“A construção da democracia precisa de participação. Essa é uma base essencial do pensamento e da luta do Presidente Lula. Participação para que ela resulte na transformação da vida do nosso povo, nas mudanças, na capacidade de nós assegurarmos a toda nossa população – a todas as

brasileiras e a todos os brasileiros - a esperança de poderem ser felizes. Portanto, é essencialmente o comportamento do Estado democrático – o Estado democrático preocupado com a maneira como se arrecadam os tributos, para a aplicação em benefício das necessidades da nossa população e do desenvolvimento nacional; o Estado democrático preocupado com o controle, com a transparência, para que esses recursos venham da população e possam ser efetivamente destinados, por seu interesse, a reduzir seus sofrimentos e assegurar uma caminhada de transformação e de afirmação nacional do Brasil.”

(Trecho de discurso do então ministro Waldir Pires, chefe da Controladoria-Geral da União, no sorteio dos 26 municípios que seriam fiscalizados quanto à aplicação de recursos públicos federais, em 02.05.2003).

TEXTO 2

“A agenda da gestão por resultados, introduzida no Brasil em 1995 com a proposta de reforma do aparelho do Estado liderada pelo Ministro Bresser Pereira, dado seu caráter abrangente, demandará algumas décadas para que seja implementada (Bresser Pereira, 2009). Os avanços realizados desde então, principalmente nos governos estaduais, enfrentam hoje novas dificuldades, colocadas por atores diversos. Formadores de opinião (e boa parte dos acadêmicos) têm insistido na pauta do combate à corrupção, defendendo controles mais estritos sobre procedimentos e opondo-se fortemente a qualquer liberalização nas regras que regem o setor público. Políticos tendem a repetir o mesmo discurso, indo ao encontro do que a opinião pública quer ouvir. Internamente ao governo, os controles do próprio Poder Executivo e do Poder Legislativo, após terem ensaiado aderir à avaliação de resultados, parecem terem-se voltado para a lógica do controle de procedimentos. Governos reclamam dos controles, ao mesmo tempo em que não concedem flexibilidades de gestão. Neste contexto, face aos constrangimentos burocráticos crescentes, gestores públicos podem preferir a inação a assumir o risco da inovação. (...)”

(Trecho de *As armadilhas dos controles no Brasil: subordinação política e constrangimentos burocráticos*, de Regina Silvia Pacheco).

Dos dispositivos do RJU, adiante relacionados, marque aquele que NÃO tem relação com a tensão entre controles e os excessos paralisantes deles decorrentes:

- A) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- B) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- C) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.
- D) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- E) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

15. O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)”

Dos dispositivos do RJU adiante mencionados, indique aquele que guarda relação direta com a idéia democrática de igualdade que informa o texto constitucional, a exemplo do que consta do artigo mencionado:

- A) As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.
 - B) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
 - C) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.
 - D) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
 - E) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
16. Outro instituto que assegura o caráter democrático em que deve se basear a administração do Estado é o do acesso aos cargos públicos.
- Marque, dentre as alternativas adiante, aquela que contém a afirmativa INCORRETA a respeito do tema.
- A) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
 - B) O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.
 - C) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - D) Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior ainda que com prazo de validade expirado.
 - E) O prazo de validade do concurso público e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

17. Os versos adiante são a letra da canção **Ela é Dançarina**, que Chico Buarque de Holanda gravou no álbum *Almanaque*, em 1981. O belo descompasso das duas vidas opostas, retratado na canção, registra a aridez, o rigor, as restrições, as dificuldades que muitas vezes caracterizam o trabalho comum na administração do Estado. É um elogio luxuoso ao funcionário público.

“O nosso amor é tão bom / O horário é que nunca combina / Eu sou funcionário / Ela é dançarina / Quando pego o ponto / Ela termina /

Ou: quando abro o guichê / É quando ela abaixa a cortina / Eu sou funcionário / Ela é dançarina / Abro o meu armário / Salta serpentina /

Nas questões de casal / Não se fala mal da rotina / Eu sou funcionário / Ela é dançarina / Quando caio morto Ela empina /

Ou quando eu tchum no colchão / É quando ela tchan no cenário / Ela é dançarina / Eu sou funcionário / O seu planetário / Minha lamparina /

No ano dois mil e um / Se juntar algum / Eu peço uma licença / E a dançarina, enfim / Já me jurou / Que faz o show / Pra mim / Eu sou funcionário / Ela é dançarina / Ela é dançarina / Eu sou funcionário / Quando eu não salário / Ela, sim, propina /

No ano dois mil e um / Se juntar algum / Eu peço a Deus do céu uma licença / E a dançarina, enfim / Já me jurou / Que faz o show / Pra mim /

O nosso amor...”

A licença, duvidosa, mencionada pelo autor, parece constituir a maior esperança de redenção do *funcionário*, para, enfim, descansar e desfrutar exclusivamente do amor de sua dançarina. Dessa incerteza às garantias do RJU, assinala, adiante, a alternativa que relaciona as modalidades de licença a que tem direito o servidor, entre os benefícios do Plano de Seguridade Social, nos termos do artigo 185, da Lei Federal N° 8.112/1990:

- A) aposentadoria; assistência à saúde; salário-família.
- B) para estudo ou missão oficial; para exercício de mandato eletivo.
- C) Para tratamento de saúde; à gestante, à adotante e licença-paternidade; por acidente em serviço.
- D) para servir a outro órgão ou entidade; para tratar de interesses particulares.
- E) para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; para o desempenho de mandato classista.

18. Em seus fundamentos, a estabilidade do servidor público – introduzida no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1934 e mantida em todas as Cartas Magnas seguintes – é um instituto democrático pelo qual o servidor pode agir de forma livre de interferências e injustiças de natureza política ou de outras pressões incompatíveis com o interesse coletivo.

Entretanto, amplos setores da juventude, especialmente das classes médias da sociedade, encaram a estabilidade, sobretudo, como um bônus empregatício vantajoso concedido pelo Estado aos que, por mérito, naturalmente, obtiverem aprovação

em concursos públicos e alcançarem a efetivação no cargo que ocupam.

Como é de conhecimento geral, os termos da estabilidade consignados na Constituição Federal e no RJU foram alterados pela Emenda Constitucional n° 19, de 04 de junho de 1998. Assim, podemos afirmar que, quanto à estabilidade, o texto atualizado da Lei Federal N° 8.112/1990 estabelece que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar:

- A) 3 (três) anos de efetivo exercício.
- B) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- C) 3 (três) meses anos de efetivo exercício.
- D) 1 (um) ano de efetivo exercício.
- E) três anos e meio de efetivo exercício.

19. O texto adiante é constituído de trechos da matéria “Vitimados pela Síndrome punitiva”, publicada na revista *Carta Capital*, n° 751, de 05 de junho de 2013.

Setor Público: o governo vai rever regras que engessam a pesquisa nas universidades. “O Governo Dilma Rousseff vai voltar atrás em uma polêmica decisão que causou alvoroço nas universidades federais e recebeu críticas contundentes de reitores e pesquisadores. Desde fevereiro, as instituições de ensino superior estavam proibidas de utilizar fundações de apoio à pesquisa para captar recursos. E mais: o montante arrecadado por elas em empresas teria de passar primeiro pelo caixa federal (...) Depois de forte reação pública comandada pela maior universidade federal brasileira, a UFRJ, do Rio de Janeiro, o MEC e a CGU decidiram publicar nos próximos dias uma nova versão do documento (...). Para o mundo acadêmico, pesquisa científica não pode ser tratada pela fiscalização da mesma maneira que a compra de material de escritório ou a execução de uma obra rodoviária (...).”

Considerados os deveres do servidor público, reunidos no art. 116, da Lei Federal N° 8.112/1990, podemos afirmar que os reitores e pesquisadores das universidades federais que fizeram “*críticas contundentes*” às determinações governamentais que poderiam paralisar grande parte da produção científica:

- A) cumpriram as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- B) guardaram sigilo sobre assunto da repartição.
- C) atenderam com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- D) atenderam com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- E) exerceram com zelo e dedicação as atribuições de seus cargos e foram leais às instituições a que servem.

20. As Instituições Federais de Ensino (IFE's), em razão da natureza especialíssima de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, constituem estruturas peculiares e únicas no conjunto da administração pública. Embora oscilante e contido do ponto de vista das ações e normas governamentais, esse reconhecimento figura na legislação. Tanto na Constituição Federal (artigo 207, que trata da autonomia universitária) quanto no RJU.

Indique, adiante, a alternativa em que consta dispositivo da Lei Federal N° 8.112/1990 que expressa esse reconhecimento.

- A) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- B) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.
- C) O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.
- D) Os servidores públicos cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
- E) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Abordagem Clássica da Administração se divide em duas partes: Administração Científica e Teoria Clássica. A Administração Científica é um modelo de administração criado por Frederick Winslow Taylor no fim do século XIX e início do século XX, baseado na aplicação do método científico na administração com o intuito de garantir a melhor eficiência aos sistemas produtivos. Em 1911, Taylor publicou seu livro *Princípios da Administração Científica*, reforçando suas propostas de planejamento, padronização, especialização, controle e remuneração, que tiveram grande impacto social e cultural. Propôs, então, os Princípios da Administração Científica, sobre os quais é correto afirmar:

- A) Princípio de Execução: consiste em substituir métodos empíricos por procedimentos científicos, de forma a treinar os trabalhadores para produzirem mais e melhor, para que atinjam a meta estabelecida.
- B) Princípio de Controle: consiste em estabelecer e controlar a seleção dos trabalhadores de acordo com suas aptidões, prepará-los e treiná-los para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado, para que atinjam a meta estabelecida.
- C) Princípio de Controle: consiste em controlar o desenvolvimento do trabalho para se certificar de que o mesmo está, segundo o plano de produção, de acordo com a metodologia definida e dentro da meta estabelecida.
- D) Princípio de Preparo dos Trabalhadores: consiste em preparar as condições de trabalho e os meios necessários (ambiente físico, recursos) para que os trabalhadores executem a tarefa estabelecida.

E) Princípio de Planejamento: consiste em substituir métodos empíricos por procedimentos científicos, de forma a garantir as condições de trabalho e os meios necessários (ambiente físico, recursos) para que os trabalhadores executem a tarefa estabelecida.

22. A Teoria Clássica, desenvolvida por Henri Fayol, em 1916, caracteriza-se pela ênfase na estrutura que a organização deve possuir para ser eficiente. Parte da organização e da estrutura como um todo, para garantir a eficiência de todos os elementos envolvidos, sejam eles departamentos, seções ou pessoas como executoras de tarefas e ocupantes de cargos. Com relação às funções básicas da empresa, propostas por Fayol, é INCORRETO relacionar:

- A) Funções Técnicas
- B) Funções de Segurança
- C) Funções de Pessoal
- D) Funções Comerciais
- E) Funções Contábeis

23. A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, estabelece os preceitos Da Contabilidade Patrimonial e Industrial. Com base nessa Lei, assinale a alternativa correta:

- A) Art. 94 – Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter provisório, com indicação dos elementos necessários para caracterizar cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração. E, Art.95 – A contabilidade manterá registros análogos dos bens tangíveis e intangíveis.
- B) Art. 98 – A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade inferior a doze meses, contraídos para atender o equilíbrio orçamentário ou o financiamento de despesas e bens de consumo. Parágrafo Único – A dívida fundada será escriturada com divulgação e transparência que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos recursos, bem como os respectivos serviços de depreciação e juros.
- C) Art. 99 – Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade tradicional para determinação dos recursos, despesas e outros, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira pública.
- D) Art. 96 – O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética da contabilidade. E, Art. 97 – Para fins orçamentários e determinação dos devedores far-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.
- E) Art. 100 – As alterações da situação bruta patrimonial, que abrangem os débitos da execução orçamentária, bem como as variações dependentes dessa execução e as subvenções e lançamentos dos ativos e passivos, constituirão elementos da conta patrimonial.

24. Segundo Idalberto Chiavenato: “[...] O planejamento figura como a primeira função administrativa, por ser aquela que serve de base para as demais funções. [...] determina antecipadamente quais são os objetivos que devem ser atingidos e como se deve fazer para alcançá-los. [...] começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível.” Assim, o planejamento se refere ao conjunto de ações a serem adotadas para atingir os objetivos almejados, sendo, portanto, importante ferramenta de gestão das organizações no curto, médio e longo prazos. O planejamento abrange três níveis na organização, cujas ações precisam ocorrer de forma articulada: os níveis estratégico, tático e operacional.

Com relação a esses níveis do Planejamento Organizacional, é correto afirmar:

- A) O nível tático compreende os altos executivos da organização, responsáveis pela definição dos objetivos e planos da empresa, tomando decisões quanto às questões de médio prazo, tais como: sua sobrevivência, crescimento e eficácia geral.
 - B) O planejamento operacional direciona seus esforços para setores específicos que apresentem grandes impactos na organização, como a tomada de decisões quanto às questões de longo prazo. As decisões desse nível são revistas a todo o momento, conforme necessário.
 - C) O planejamento, no nível estratégico, é utilizado para traduzir os objetivos gerais e as estratégias da alta diretoria em objetivos e atividades mais específicos. O principal desafio neste nível é promover um contato eficiente e eficaz entre os níveis tático e operacional.
 - D) O planejamento, no nível estratégico, dada a sua natureza e grau de importância na organização, representa um impacto mais amplo e profundo, com conteúdo mais genérico, sintético e abrangente, sendo responsável pela tomada de decisões de longo prazo e macro-orientadas.
 - E) O planejamento, no nível tático, apresenta maior grau de incerteza para as tomadas de decisões, que são realizadas no médio prazo. As decisões nesse nível são mais facilmente revistas, quando necessário, por terem menor abrangência que as estratégias.
- 25.** O administrador é o profissional que gerencia a organização, soluciona problemas, dimensiona recursos, desenvolve estratégias, efetua diagnósticos de situações, enfim, toma decisões embasadas em fatos concretos. O conhecimento tecnológico da administração é fundamental para o exercício de suas funções, mas há um elemento pertencente ao processo que precisa ser considerado – a personalidade e o modo de agir do administrador, ou seja, suas habilidades. Habilidade é o processo de visualizar, compreender e estruturar as partes e o todo dos assuntos administrativos das empresas, consolidando resultados otimizados pela atuação de todos os recursos disponíveis. Para um administrador executar eficazmente um processo administrativo, são necessárias ao menos três habilidades:

- A) habilidade técnica, gerencial e humana
- B) habilidade de controle, humana e gerencial
- C) habilidade humana, gerencial e conceitual
- D) habilidade de controle, técnica e conceitual
- E) habilidade técnica, humana e conceitual

26. Ao longo do tempo, as políticas de gestão pública têm sofrido mudanças substanciais. As reformas administrativas consolidam novas práticas derivadas do setor privado, usadas como benchmarks para organizações públicas, em todas as esferas de governo. Essa evolução da administração pública passou por três modelos diferentes: a administração patrimonialista, a administração burocrática e a administração gerencial. Considerando-se os três modelos de administração pública mencionados, pode-se afirmar que:

- A) O modelo gerencial considera os controles a posteriori, isto é, a realização de controles sobre os resultados do gestor, com vistas à eficiência.
- B) O modelo patrimonialista tem por fundamento princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade.
- C) No modelo patrimonialista, o soberano é o Estado, cujas ações se pautam na busca do aumento da eficiência.
- D) O modelo burocrático tem por fundamento a impessoalidade, o profissionalismo e a busca da eficiência.
- E) O modelo gerencial considera os controles a priori, isto é, há a realização de controles prévios sobre o trabalho do gestor, com vistas à eficiência.

27. Governo é um termo substantivo. As expressões governabilidade e governança são qualificativas, ou seja, representam atribuições, qualidades e meios/processos. Ao fazer as distinções entre os dois conceitos – governabilidade e governança – assinale a alternativa correta:

- A) A governabilidade refere-se mais à dimensão estatal do exercício do poder, suas condições sistêmicas e institucionais, sob as quais se dá o exercício do poder, sua arquitetura institucional, distinto, portanto, de governança, ligada ao desempenho dos atores e sua capacidade no exercício da autoridade política. A governança tem um caráter mais amplo e não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado. Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão essencialmente estatal, a governança opera num plano que engloba a sociedade como um todo.
- B) A governabilidade compete à dimensão periférica do exercício do poder. Refere-se à engenharia institucional, distinto, portanto de governança, basicamente ligada aos resultados dos setores e da capacidade de exercer a autoridade política. Ficam claros dois aspectos: a governabilidade está situada no plano gerencial e representa um conjunto de atributos no exercício do poder, sem os quais nenhum estatuto será exercido;

- C) A governança tem um caráter restrito. Pode englobar dimensões presentes na governabilidade e refere-se ao modus operandi das políticas governamentais. O conceito de governança se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, aos padrões de articulação entre atores sociais e arranjos institucionais dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação com redes sociais informais de fornecedores, famílias, gerentes. Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão essencialmente estatal, a governança opera num plano restrito, englobando apenas a sociedade.
- D) A governabilidade se traduz no exercício do poder, e tem como as características do sistema de informações, a forma do Estado, as relações entre os exercícios e o sistema de gestão de interesses. Observando as três dimensões do conceito de governabilidade: capacidade do governo para identificar e formular políticas para atender seus interesses; capacidade de mobilizar recursos necessários à execução dessas políticas, para o bem da administração; e capacidade de gerar recursos, sem os quais as decisões tornam-se inócuas, ficam claros dois aspectos: a) governabilidade está situada no plano do gestor; e, b) representa os atributos essenciais ao exercício do Estado, sem os quais nenhum poder será exercido.
- E) A governança pode englobar dimensões presentes na gerência de políticas. Refere-se ao modus operandi das políticas governamentais, que inclui questões ligadas ao tamanho institucional, ao processo decisório e à definição do financiamento. O conceito de governança se restringe aos aspectos burocráticos e administrativos do Estado. A governança distingue a articulação da cooperação entre atores empresariais e políticos nos arranjos institucionais que regulam transações dentro das fronteiras do sistema econômico, seus mecanismos de articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão. Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão ampla, vinculada ao sistema político-institucional, a governança opera no plano das autarquias e dos ministérios.
- 28.** O desenvolvimento tecnológico e a Tecnologia da Informação (TI) causaram impactos profundos nas organizações, propiciando o surgimento da Era da Informação. A riqueza das organizações passa a se depositar em seu capital intelectual, no conhecimento por ela gerado. Em seu livro *Administração Geral e Pública*, Idalberto Chiavenato destaca a importância do conhecimento nesta Era e o impacto da TI nas organizações: "... Em primeiro lugar, ela (TI) permite a compressão do espaço. (...) Em segundo lugar, a TI permite a compressão do tempo. (...) Em terceiro lugar, a TI permite a conectividade. (...)". Considerando o impacto da Tecnologia da Informação nas organizações, indique a alternativa INCORRETA:
- A) A Era da Informação trouxe o conceito de escritório virtual. Prédios e escritórios sofreram brutal redução de tamanho. A compactação fez com que arquivos eletrônicos acabassem com o papelório e com a necessidade de móveis, liberando espaços para outras finalidades.
- B) A informação em tempo real permite a integração de vários processos diferentes nas organizações. Os Centros de Processamento de Dados (CPD) foram enxugados e centralizados por meio de redes integradas de microcomputadores nas organizações.
- C) Surgiram as empresas virtuais conectadas eletronicamente, dispensando prédios e reduzindo despesas fixas. A miniaturização, a portabilidade e a virtualidade tornaram-se a nova dimensão espacial fornecida pela TI.
- D) As comunicações tornaram-se móveis, flexíveis, rápidas, diretas e em tempo real, permitindo maior tempo de dedicação ao cliente. A instantaneidade passa a ser a nova dimensão temporal fornecida pela Tecnologia da Informação.
- E) Com o microcomputador portátil, multimídia, trabalho em grupo (workgroup), estações de trabalho (workstation), surgiu o "teletrabalho", em que as pessoas trabalham juntas embora distantes fisicamente, diminuindo a necessidade de deslocamento físico.
- 29.** Segundo Chiavenato, ético é o "conjunto de valores ou princípios morais que estabelecem o que é certo ou errado para uma pessoa, grupo ou organização". O autor define, ainda, responsabilidade social como o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade, adotando políticas e assumindo compromissos que beneficiem esta. Considerando a importância da ética e da responsabilidade social para as organizações, as empresas possuem fatores que impulsionam o desenvolvimento de um programa de responsabilidade social.
- Dentre os fatores que estimulam a adoção de programas de responsabilidade social pelas organizações, indicados por Chiavenato, é INCORRETO afirmar que:
- A) Promover e melhorar as comunidades onde a organização faz negócios.
- B) Influenciar a regulação governamental ou intervenções externas para sanar a omissão das organizações.
- C) As ações sociais e ações éticas podem gerar lucros.
- D) Obtém-se uma melhora na imagem pública da organização.
- E) A responsabilidade social aumenta a viabilidade dos negócios e os negócios proporcionam benefícios sociais.

30. Como soluções bem-sucedidas (soluções emergentes), nas últimas décadas, podemos apontar: Melhoria Contínua; Qualidade Total; Reengenharia; Benchmarking; Equipes de Alto Desempenho; Gestão de Projetos.

Verificando os conceitos a seguir, identifique a definição INCORRETA:

- A) Equipes de Alto Desempenho – participação das equipes, compostas por pessoas que buscam uma resposta mínima para as mudanças individuais, no dinâmico ambiente de negócios. São os grupos que aderem à compatibilidade da estrutura organizacional, visando a adequar as pessoas aos negócios da empresa.
 - B) Melhoria Contínua – baseia-se no Controle Estatístico de Processo (CEP), com o foco na qualidade e base na análise da probabilidade. Visa à qualidade dos produtos e serviços em programas de longo prazo, para privilegiar a melhoria gradual da administração, com abordagem participativa e mudança de conceitos. Melhoria significa um processo de gestão que elimina o desperdício e eleva a qualidade.
 - C) Qualidade Total – é representada pelo atendimento às exigências do cliente, ligada à aplicação da melhoria contínua, na organização como um todo, do nível operacional, passando pelo nível tático, até o nível estratégico, ou a cúpula, com envolvimento total de todos.
 - D) Reengenharia (de processo) – baseia-se na readequação do processo, buscando a implantação rápida de tecnologias que inovem e agilizem os trabalhos realizados na empresa, como por exemplo a fixação de uma tecnologia de informação e processo (software corporativo que integra todas as áreas da empresa). Uma das preocupações da reengenharia é fazer mais com cada vez menos.
 - E) Benchmarking – pesquisa de mercado que influencia a qualidade e a produtividade da empresa. Busca as melhores práticas na indústria, que servirão de referência e conduzirão a um desempenho superior. É quando uma empresa examina como outra executa uma função, a fim de melhorar a realização desta mesma função ou de alguma semelhante.
- 31.** A Teoria do Capital Intelectual considera o conhecimento como o principal fator de produção da era contemporânea. Em seu livro *Capital Intelectual - A nova vantagem competitiva das empresas*, Thomas Stewart destaca que “A informação e o conhecimento são as armas nucleares da nossa era”. Assim, o esforço das organizações deve voltar-se para a produção e gestão desse componente da cadeia de valor. Stewart destaca a importância do conhecimento tácito como elemento estratégico na composição do capital intelectual, considerando-o o principal ativo das organizações. Para Stewart, o capital intelectual é composto por:
- A) Capital Humano, Capital-Cliente e Capital Financeiro
 - B) Capital Humano, Capital Estrutural e Capital Organizacional
 - C) Capital Humano, Capital Estrutural e Capital de Marca
 - D) Capital Humano, Capital Organizacional e Capital Estrutural
 - E) Capital Humano, Capital-Cliente e Capital de Marca

32. Peter Senge propôs cinco disciplinas de aprendizagem para construir um ambiente organizacional fértil em criatividade e aprendizagem, criando um ciclo de renovação permanente.

Verificando os conceitos a seguir, identifique a definição INCORRETA:

- A) DOMÍNIO PESSOAL: é a mesclagem do que o indivíduo aspira em sua vida pessoal com sua realidade atual, capacitando-o a fazer as melhores escolhas e alcançar os melhores resultados.
 - B) MODELOS MENTAIS: focam-se na reflexão e no questionamento que influenciam o pensamento e a interação entre as pessoas. Ao refletirem, as pessoas têm autonomia sobre suas decisões e ações.
 - C) APRENDIZAGEM DE EQUIPE: é a forma de interação entre os componentes de um grupo. Suas técnicas são o diálogo e a prática de ações que alcancem o objetivo comum, desenvolvendo uma inteligência maior que a soma dos talentos individuais.
 - D) VISÃO COMPARTILHADA: várias pessoas que compartilham propósitos individuais, nutrindo um compromisso pessoal. Criação de um ambiente de emancipação e valorização dos talentos e projetos pessoais.
 - E) PENSAMENTO SISTÊMICO: trata-se de estudar e entender como interagem e se correlacionam os comportamentos do sistema na sua totalidade e não em seus detalhes.
- 33.** A Constituição Federal, de 1988, em seu Capítulo VII, seção I, ao tratar das Disposições Gerais da Administração Pública, determina que:
- A) A investidura em cargo ou emprego público deve ser feita com aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas situações que tratem de situações de natureza e complexidade elevada, do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sendo garantida a vinculação ou equiparação remuneratória para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, em quaisquer circunstâncias, estendendo-se tal proibição a cargos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo a primeira a qualquer tempo e as de direito privado no período de vigência do contrato.
 - E) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral a cada dois anos, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

- 34.** A Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública entre outras providências. Acerca da Lei nº 8666/93 é correto afirmar que é vedado aos agentes públicos:
- A) Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
 - B) Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
 - C) Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, exceto no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.
 - D) Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.
 - E) Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, exceto no que se refere a aspectos de natureza previdenciária e a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.
- 35.** Segundo a Lei nº 8.112/90, em sua Seção III, Do Concurso Público, pode-se afirmar que:
- A) No Art. 11 - O concurso poderá ser de provas e títulos, devendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem os candidatos, sujeitos ao respectivo plano de aplicação, inscrição do candidato, pagamento do edital, quando dispensável ao custeio, e ressalvadas as taxas de isenção nele, se previstas.
 - B) No Art. 12 - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais um ano.
 - C) No Art. 12, § 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município onde será realizado e em jornal diário de grande circulação.
 - D) No Art. 11 - O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato, ao momento do pagamento do edital, quando incluída ao custeio e nas hipóteses de isenção por cotas sociais e raciais nele previstos.
 - E) No Art. 12, § 2º - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- 36.** A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, regula o processo administrativo na Administração Pública Federal, estabelecendo normas básicas sobre este no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Em seu Capítulo II, que trata dos Direitos dos Administrados, dentre os relacionados a seguir, é INCORRETO incluir:
- A) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
 - B) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - C) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - D) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - E) Divulgar oficialmente os atos administrativos, nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- 37.** O Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. O Capítulo I, ao tratar da Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional, estabelece que a arrecadação de todas as receitas da União far-se-á na forma disciplinada pelo:
- A) Ministério da Fazenda
 - B) Banco do Brasil S. A.
 - C) Tesouro Nacional
 - D) Banco Central
 - E) Conselho Monetário Nacional

38. O Art. 37 da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios inerentes à Administração Pública, indicando-os explícita e implicitamente. Dos princípios abaixo relacionados, indique a opção que apresenta APENAS Princípios Constitucionais Implícitos:
- A) Princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade
 - B) Princípios da moralidade, da publicidade e da eficiência
 - C) Princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade e da eficiência
 - D) Princípios da razoabilidade, da publicidade e da eficiência
 - E) Princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade
39. Tratando-se do conceito de Improbidade Administrativa e de suas modalidades, e de acordo com as definições jurídicas e a interpretação possível no assunto, assinale a alternativa INCORRETA.
- A) Improbidade administrativa é o designativo técnico para a chamada corrupção administrativa, que, sob diversas formas, promove o desvirtuamento da Administração Pública e afronta os princípios nucleares da ordem jurídica (Estado de Direito, Democrático e Republicano), revelando-se pela obtenção de vantagens patrimoniais indevidas às expensas do erário, pelo exercício nocivo das funções e empregos públicos, pelo “tráfico de influência” nas esferas da Administração Pública e pelo favorecimento de poucos em detrimento dos interesses da sociedade, mediante a concessão de obséquios e privilégios ilícitos.
 - B) Deve-se estar atento à questão da possibilidade de retroatividade da Lei de Improbidade a época anterior à Constituição de 1988, pois antes fazia-se apenas referência à lesão ao patrimônio público (lembrando que já se falava em moralidade administrativa), somente se aplicando a lei de 1992 às causas que tivessem como fundamento prática posterior à Carta Maior, visto o artigo 37, §4º, desta, já falar na irregularidade de determinados atos, antes não tipificados. Portanto, entende-se que a lei tem aplicação imediata e deve-se recorrer nos casos anteriores para o enquadramento e devidas providências para o ressarcimento aos cofres públicos dos valores subtraídos.
 - C) A probidade administrativa é uma forma de moralidade administrativa que mereceu consideração especial pela Constituição, que pune o improbo com a suspensão de direitos políticos, cuida-se de imoralidade administrativa qualificada. Aproximando-se das modalidades compreendidas na Lei nº 8.429/92, pode-se estabelecer que no conceito de improbidade administrativa está inserido qualquer desvio ético de conduta do agente público, seja qual for a função exercida, afrontoso à moralidade no desempenho de função pública em qualquer dos Poderes da República (como estabelece o art. 1º) e que envolva enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentado aos princípios da Administração Pública. Ou seja, com este conceito, encontramos mais perto da possibilidade de sujeitar os agentes políticos também aos ditames da lei.
- D) Guiando-se pelas regras normatizadas, pode-se entender que a improbidade tem que passar pelo descumprimento dos preceitos constitucionais e legais básicos, configurados basicamente em duas causas principais: a ilegalidade e a imoralidade *lato sensu*, dependendo da presença dos requisitos do dolo e da culpa, apresentados por meio de conduta positiva ou negativa. Dessa forma, inúmeras serão as possibilidades de práticas tipificadas pelos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92, os quais se resumem em enriquecimento ilícito de agente público ou de terceiro, atos que causem prejuízo ao erário e a violação de deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, bem como nas suas diversas variantes.
- E) Pode-se pensar em vários casos nos quais os agentes públicos (incluindo-se os políticos) praticam atos que vão de encontro aos regimentos mantenedores do bom trato com a *res publica*. Apenas a título de exemplo: a inobservância das regras jurídicas básicas no campo das licitações ou no concurso público, o recebimento de “presentes” para se votar em determinados projetos de tal maneira, a corrupção de magistrados que julgam a favor de algumas pessoas por terem sido agraciados com viagens ao exterior, o membro do Ministério Público que intenta ação civil pública sob o pretexto de defender direito coletivo quando resta caracterizado seu interesse próprio, o desvio de verbas, a falta de publicidade dos atos praticados.
40. No que diz respeito à Contabilidade Pública, a necessidade de adequação das normas nacionais às internacionais levou o Governo a implantar um “Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público”. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu alguns objetivos com o intuito de promover as adequações necessárias para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, dentre os quais é INCORRETO incluir:
- A) Estabelecer normas e procedimentos contábeis para a Federação, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.
 - B) Instituir a consulta aos Manuais, Relatórios e Demonstrativos, Plano de Contas, Grupos Técnicos, Comunicados e Orientações, Treinamentos e Eventos e Legislação.
 - C) Manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - D) Padronizar as prestações de contas e os relatórios e demonstrativos de gestão fiscal, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.
 - E) Disseminar, por meio de planos de treinamento e apoio técnico, os padrões estabelecidos no MCASP e no MDF para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

41. Quando tratamos das Variações Ativas Orçamentárias, podemos afirmar corretamente que compreendem:

- A) 1) receitas que representam a arrecadação bruta dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes; 2) Interferências Passivas que significam as Incorporações e Desincorporações de Receitas e Despesas entre as Unidades Gestoras, mantendo paridade com as Interferências Passivas; e 3) Mutações Ativas que refletem o resultado de gestão de cada Unidade Gestora, em virtude da execução orçamentária basicamente das arrecadações de créditos recebidos e aquisições de bens e serviços.
 - B) 1) receitas que representam a arrecadação antecipada dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes; 2) Interferências Ativas que significam as Doações e Benefícios de Receitas e Despesas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas; e 3) Mutações Ativas que refletem o equilíbrio do resultado de gestão de cada Unidade Gestora, em virtude da execução orçamentária basicamente das operações de resgate de créditos recebidos e aquisições de bens e valores.
 - C) 1) receitas que representam a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes; 2) Interferências Ativas que significam as Incorporações e Desincorporações de Receitas e Despesas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas; e 3) Mutações Ativas que refletem o equilíbrio do resultado de gestão de cada Unidade Gestora, em virtude da execução orçamentária basicamente das operações de resgate de créditos recebidos e aquisições de bens e valores.
 - D) 1) receitas que representam a arrecadação bruta dos recursos, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal; 2) Interferências Ativas que significam as transações e negociações com Receitas e Despesas entre as Unidades Prestadoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas; e 3) Mutações Ativas que refletem o equilíbrio do resultado de gestão de cada Unidade Prestadora, em virtude da execução orçamentária basicamente das operações de resgate de créditos recebidos e aquisições de bens e serviços.
 - E) 1) receitas que representam as doações dos recursos, em cumprimento às Leis complementares; 2) Interferências Passivas que significam as Incorporações e Desincorporações de Receitas e Despesas entre as Unidades Credoras, mantendo unidade com as Interferências Passivas; e 3) Mutações Passivas que refletem o equilíbrio do resultado da arrecadação de cada Unidade Gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de antecipação de créditos recebidos e subvenção de bens e valores.
- 42.** A Administração de Recursos Humanos envolve todas as ações voltadas ao estímulo da interação do trabalhador com a organização e ao aumento de sua produtividade. É uma área multidisciplinar e tem como função enfatizar a importância dos funcionários, dando subsídios

para que estes se desenvolvam na organização, realizando seus objetivos profissionais, ao mesmo tempo em que auxiliam a empresa a alcançar suas metas. Considerando os principais objetivos da Administração de Recursos Humanos apontados por Chiavenato, é INCORRETO indicar:

- A) Proporcionar competitividade à organização.
 - B) Proporcionar à organização empregados bem treinados e bem motivados.
 - C) Aumentar a autoavaliação e a satisfação dos empregados no trabalho.
 - D) Desenvolver e manter a qualidade de vida dos gestores.
 - E) Manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável.
- 43.** O treinamento busca a aquisição de atitudes, conceitos, conhecimentos, regras ou habilidades por um indivíduo que resultam no aumento da performance no cargo atual. Assinale a alternativa correta:
- A) O treinamento é visto como meio para dirigir as tendências dos indivíduos em termos de falta de iniciativa, de ordem e de lealdade, para que estes respondam às ordens dos gerentes para alcançar os objetivos da organização. Geralmente, divide-se o processo de treinamento em três subsistemas interdependentes: diagnóstico, execução e avaliação.
 - B) O treinamento é visto como o início da formação, para suprir as carências dos trabalhadores em termos de conhecimento e competências, para que estes mantenham as atitudes necessárias para cumprir os objetivos da chefia imediata. Geralmente, divide-se o processo de treinamento em dois subsistemas interdependentes: planejamento (programação ou desenho) e avaliação.
 - C) O treinamento pode ser visto como um mecanismo para se fazer cumprir as determinações da alta direção das organizações, dirigindo os indivíduos em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, para que estes respondam aos designios necessários, de desempenho e fidelidade, para alcançar os objetivos da organização. Geralmente, divide-se o processo de treinamento em cinco subsistemas interdependentes: diagnóstico, programação, desenho, execução e avaliação.
 - D) O treinamento é visto como um fim para suprir as lacunas dos indivíduos em termos de conhecimento, crenças e atitudes, para que estes realizem as tarefas necessárias para responder aos supervisores e ditames da organização. Geralmente, divide-se o processo de treinamento em subsistemas interdependentes: planejamento (programação ou desenho), diagnóstico, avaliação, execução e reavaliação.
 - E) O treinamento é visto como meio para suprir as carências dos indivíduos em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, para que estes desempenhem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos da organização. Geralmente, divide-se o processo de treinamento em quatro subsistemas interdependentes: diagnóstico, planejamento (programação ou desenho), execução e avaliação.

- 44.** O recrutamento e seleção de candidatos não tem somente o objetivo de atrair pessoas com aptidões técnicas adequadas à demanda da vaga. Considerando as técnicas de seleção de pessoal, é INCORRETO incluir:
- A) Entrevistas
 - B) Provas de conhecimentos
 - C) Testes de observação
 - D) Testes psicométricos
 - E) Dinâmica de grupo
- 45.** A liderança é considerada mola mestra para o sucesso de qualquer organização. No ambiente de trabalho existem diferentes tipos de poder. Com relação aos tipos de poder na organização é correto afirmar:
- A) Poder de Recompensa está associado a pessoas que estão em uma posição para punir, atuar sobre os outros.
 - B) Poder de Conexão está relacionado às habilidades do líder, ao seu talento e a sua bagagem de experiência anterior.
 - C) Poder Coercitivo é o poder que o líder tem de influenciar os seus liderados, por seu caráter, por ser respeitado.
 - D) Poder de Convencimento é inerente também à organização. Está associado ao título de uma pessoa e a suas responsabilidades de trabalho.
 - E) Poder Legítimo é o poder inerente à estrutura da organização, é atribuído de acordo com a posição que o indivíduo ocupa nesta.
- 46.** O estudo de Organização, Sistemas e Métodos (OSM) é muito vasto e com diversas correntes, que associam esta disciplina à Tecnologia de Informações, aos Métodos Produtivos, às Medidas de Desempenho, ao Desenvolvimento Organizacional e à Gestão de Processos Produtivos e Empresariais. Quanto às atividades de ORGANIZAÇÃO, dentro da abordagem de OSM, assinale a alternativa INCORRETA:
- A) Projetar a criação, união ou eliminação de unidades, bem como acompanhar a respectiva execução; descrever e definir o objetivo e as funções de cada uma das unidades empresariais.
 - B) Implantar e acompanhar in loco os trabalhos desenvolvidos por OSM; elaborar, emitir e divulgar normas, regulamentos e manuais necessários.
 - C) Estudar os ciclos organizacionais; analisar as alternativas de ação para promover a maturidade organizacional; avaliar impactos ou desgastes provenientes das ações e dos ciclos.
 - D) Avaliar, nos níveis departamentais, os trabalhos desenvolvidos em equipe, para assegurar o nivelamento dos casos de rotinas transversais; antecipar e definir o foco das funções de cada seção e das divisões de negócios das unidades empresariais.
 - E) Divulgar, nos níveis competentes, os trabalhos desenvolvidos em OSM; estruturar as formas e necessidades de treinamento de pessoal visando o desenvolvimento das competências individuais e das equipes de trabalho.
- 47.** Podemos considerar como do escopo da Logística, particularmente da Logística Empresarial, todos os processos que envolvam, de forma integrada, na cadeia produtiva de um bem ou serviço, pessoas, recursos financeiros, gestão de materiais e transporte, equipamentos, tecnologia, fluxos de informação, meio ambiente, destinados ao atendimento satisfatório da razão de ser de qualquer organização: o mercado. A satisfação desse só ocorrerá quando forem atendidos, ao mesmo tempo, pelo menos três requisitos: qualidade, preço e serviço.
- Seguindo esta conceituação de logística empresarial, assinale a alternativa INCORRETA:
- A) A logística é a administração e a operação eficiente dos fluxos dinâmicos de informações, de matérias-primas, de produtos acabados, de serviços, de recursos financeiros, baseados na eficiente coordenação da Cadeia de Suprimentos e na agregação de valores pelo Transporte, Armazenagem e Manuseio de bens e serviços.
 - B) A logística trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final, assim como do fluxo de informações que colocam os produtos em movimento, com o propósito de providenciar níveis de serviços adequados aos clientes a um custo razoável.
 - C) A logística é a administração e a operação eficiente dos fluxos das mercadorias produzidas em um certo ponto, no tempo e no espaço, nas condições requisitadas pelo cliente; a logística constitui-se, de modo geral, pelo relacionamento dos setores de estoque e expedição da empresa. Compreende a embalagem e a armazenagem, o manuseio, a movimentação de cargas e o transporte, de um modo específico, a estocagem em trânsito e todo o transporte dos serviços necessários, na recepção, no acondicionamento e na manipulação final, isto é, até o local de aquisição pelo cliente.
 - D) A logística consiste em fazer chegar a quantidade certa das mercadorias certas ao ponto certo, no tempo certo, nas condições e ao mínimo custo; constitui-se num sistema global, formado pelo inter-relacionamento dos diversos segmentos ou setores que a compõem. Compreende a embalagem e a armazenagem, o manuseio, a movimentação e o transporte de um modo geral, a estocagem em trânsito e todo o transporte necessário, a recepção, o acondicionamento e a manipulação final, isto é, até o local de utilização do produto pelo cliente.
 - E) A logística deve ser considerada de forma integrada, na cadeia produtiva, envolvendo a organização, as pessoas e os recursos tecnológicos, financeiros, materiais e de informação destinados ao atendimento satisfatório do que é pedido à empresa. O que consiste em fazer chegar a quantidade certa das mercadorias ao ponto certo, no tempo certo, nas condições e ao mínimo custo; constitui-se num sistema global, formado pelo inter-relacionamento dos diversos segmentos ou setores que a compõem.

48. O Planejamento e Controle de Produção é a atividade de decidir sobre o melhor emprego dos recursos de produção, assegurando, assim, a execução do que foi previsto. Apesar de serem complementares e estarem inter-relacionados, as atribuições dadas às fases de planejamento e controle são diferentes. Por isso, podemos afirmar que:

- A) um plano é a formalização do que se pretende que aconteça em um determinado momento no presente. É declaração da intenção do que aconteceria. Isto porque um plano garante que aquilo vá acontecer como o esquematizado e que as variáveis envolvidas na sua realização estarão sob controle. É aí que entra o controle, que é o processo de lidar com muitas variáveis.
- B) um plano é a realização do que se pretendeu que acontecesse em um determinado momento no passado. É uma declaração da noção do que se queira e ocorreu. Podemos dizer que, um plano não garante que aquilo vá acontecer como o esquematizado, mas muitas variáveis estão envolvidas em sua realização. É daí que entra o controle, que é o processo de lidar com essas variáveis.
- C) um plano é a formalização do que se pretende que aconteça em um determinado momento no futuro. É uma declaração de intenção de que aconteça. Desta forma, um plano não garante que aquilo vá acontecer como o esquematizado, pois muitas variáveis estão envolvidas em sua realização. É aí que entra o controle, que é o processo de lidar com essas variáveis.
- D) um plano é a realização do que se pretendia que acontecesse em um determinado momento no passado. É uma garantia da direção da empresa. Assim, um plano garante que aquilo vá acontecer como o programado, com todas as variáveis que estão envolvidas na sua realização. É aí que entra o controle, que é o processo de lidar com essas variáveis.
- E) um plano é formalizado quando se pretende que, em um determinado momento, algo aconteça na empresa. É uma declaração da direção para os colaboradores. Um plano garante que aquilo vá acontecer como o esquematizado, pois as forças estão na realização. É aí que entra o controle, que é como dominar essas variáveis.

49. A regulamentação do trabalho, realizada pelo TEM, em sua NR 32 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

Nela estão caracterizados, em seu item 32.2, os Riscos Biológicos, como a probabilidade da exposição ocupacional a agentes biológicos. Por sua vez, consideram-se Agentes Biológicos os microrganismos, geneticamente modificados ou não; as culturas de células; os parasitas; as toxinas e os príons. A classificação dos agentes

biológicos encontra-se no anexo I desta NR 32.

Assim, os riscos provenientes dos agentes biológicos são classificados em:

- A) Classe de risco 1: alto risco individual para o paciente e para a coletividade, com probabilidade de causar doença ao ser humano.
 - B) Classe de risco 5: risco coletivo elevado para os trabalhadores e com probabilidade elevada de disseminação para a coletividade. Apresenta grande poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro. Podem causar doenças graves ao ser humano, para as quais não existem meios eficazes de profilaxia ou tratamento.
 - C) Classe de risco 4: risco individual baixo para o trabalhador e com probabilidade moderada de disseminação para o público. Apresenta poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro. Podem causar doenças ao ser humano, para as quais existem meios de profilaxia ou tratamento.
 - D) Classe de risco 2: risco individual moderado para o trabalhador e com baixa probabilidade de disseminação para a coletividade. Podem causar doenças ao ser humano, para as quais existem meios eficazes de profilaxia ou tratamento.
 - E) Classe de risco 3: risco pessoal elevado para o agente de saúde e com probabilidade moderada de disseminação para o coletivo de trabalho. Podem causar doenças e infecções médias ao ser humano, para as quais existem meios duvidosos de profilaxia ou tratamento.
- 50.** Quando tratamos de gestão de projetos, duas correntes teóricas se destacam: a corrente Clássica e o “PMBOK Guide”, que apresentam versões metodológicas distintas, porém análogas. Com relação ao CICLO DE VIDA DO PROJETO e suas fases, assinale a alternativa correta:
- A) O Método Clássico apresenta cinco fases ou etapas: 1. Preparação; 2. Concepção; 3. Estruturação; 4. Avaliação e controle; e, 5. Encerramento. Enquanto o “PMBOK Guide” apresenta 5 grupos de processos e 9 áreas do conhecimento: 1. Iniciação; 2. Plano de ação; 3. Execução; 4. Monitoramento e Gestão; e, 5. Fechamento. E as Áreas do Conhecimento: conteúdo, finanças, tempo padrão, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos e integração.
 - B) O Método Clássico apresenta cinco fases ou etapas: 1. Concepção; 2. Financiamento; 3. Elaboração; 4. Avaliação e controle; e, 5. Conclusão. Enquanto o “PMBOK Guide” apresenta 5 grupos de processos e 9 áreas do conhecimento: 1. Iniciação; 2. Planejamento; 3. Execução; 4. Monitoramento e Controle; e, 5. Encerramento. E as Áreas do Conhecimento: escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisição e integração.

- C) O Método Clássico apresenta cinco fases ou etapas: 1. Concepção; 2. Elaboração; 3. Contratação; 4. Auditoria e controle; e, 5. Avaliação. Enquanto o "PMBOK Guide" apresenta 5 grupos de processos e 9 áreas do conhecimento: 1. Concepção; 2. Planejamento; 3. Execução; 4. Monitoramento e Controle; e, 5. Encerramento. E as Áreas do Conhecimento: escopo, tempo, custo, qualidade, informação, comunicação, auditoria, aquisição e integração.
- D) O Método Clássico apresenta cinco fases ou etapas: 1. Contratação; 2. Especificação; 3. Execução; 4. Autenticação e controle; e, 5. Avaliação. Enquanto o "PMBOK Guide" apresenta 5 grupos de processos e 9 áreas do conhecimento: 1. Iniciação; 2. Planejamento; 3. Execução; 4. Continuação e Controle; e, 5. Avaliação. E as Áreas do Conhecimento: escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, verificação, riscos, aquisição e integração.
- E) O Método Clássico apresenta cinco fases ou etapas: 1. Concepção; 2. Elaboração; 3. Execução; 4. Acompanhamento e controle; e, 5. Avaliação. Enquanto o "PMBOK Guide" apresenta 5 grupos de processos e 9 áreas do conhecimento: 1. Iniciação; 2. Planejamento; 3. Execução; 4. Monitoramento e Controle; e, 5. Encerramento. E as Áreas do Conhecimento: escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisição e integração.
- 51.** O hospital, acompanhando os princípios da administração científica, transformou a saúde em um mecanismo de cuidar da força de trabalho, mantendo a separação entre concepção e execução, acarretando a divisão em trabalho mais intelectual, representado pelo trabalho médico, e manual, que ficou a cargo da enfermagem.
- Podemos considerar INCORRETO que:
- A) Esse modo de produção do trabalho, ainda presente no cotidiano dos hospitais, contraria o modelo assistencial proposto pelo SUS, pautado na integralidade e na equidade da assistência, no exercício da subjetividade e na participação social de cidadãos, pois não contempla a divisão humana do trabalhador e do paciente.
- B) A Teoria das Relações Humanas surgiu para contrapor a concepção taylorista do homem econômico, valorizando os fatores subjetivos no funcionamento da empresa e mostrando que o nível de produção não depende apenas de incentivo salarial e vantagens do emprego, mas que o trabalhador pode ter outro desempenho quando em grupo.
- C) Novas teorias refletiram positivamente no serviço em saúde, através do modelo de trabalho em equipe multiprofissional, estando inseridas nas propostas do SUS, como forma de organização dos serviços.
- D) Existem diferenças substanciais entre a saúde e a indústria. Enquanto as indústrias trabalham com o trabalho morto (matéria-prima, ferramenta), o processo de trabalho em saúde ocorre sob a ótica do trabalho vivo em ato, baseado na tecnologia das relações, do acolhimento e do vínculo, dos saberes, bem como dos equipamentos tecnológicos e das estruturas organizacionais.
- E) As teorias das diversas correntes administrativas, aplicadas aos sistemas de saúde, defendem a organização do trabalho e se concentram no aumento da avaliação do atendimento e sustentabilidade da organização, dependendo do usuário e do trabalhador, num segundo plano.
- 52.** Hospitais e clínicas são instituições com estrutura pública ou particular com finalidade também de ensino e pesquisa; os serviços são pessoais, porque não existe a enfermidade, existe o enfermo; a autoridade médica é maior que a administrativa; o pessoal que trabalha é heterogêneo e de nível universitário; nunca se encerra o serviço, deve-se contar com pessoal para trabalhar 24 horas; é de difícil medição e interpretação, pois não dá para medir quanta saúde se tem obtido, mas quantas cirurgias e quantas consultas; e muitas unidades trabalham provocando déficit econômico, mas não podem ser desativadas. Na organização hospitalar existe uma constante renovação na área técnica/médica. Porém, na área administrativa, o mesmo não ocorre com tanta frequência, o que provoca a acomodação do administrador em busca de mudanças das rotinas de trabalho. Para se exercer a função de gestor hospitalar, é correto dizer que é necessário:
- A) Saber articular as equipes para contornar os problemas; renovar projetos de tecnologia com profissionais que possam acompanhar as inovações, nos preceitos da legislação vigente; promover o pessoal para trabalhar com melhores remunerações. E cabe ao diretor dar o exemplo de dedicação ao serviço. O diretor deve ser um negociador, de forma que os profissionais pensem no hospital como uma instituição durável, que deve dar lucros por muitas gerações e ser um multiplicador e acelerador de vantagens sociais e econômicas.
- B) Saber ordenar as pessoas para não se esquivarem das responsabilidades; atuar nos programas de concorrência dos profissionais para garantir os recursos, pois sem recursos o hospital irá fechar; promover a competição interna com o pessoal para o trabalho render mais que as capacidades individuais. E cabe ao diretor dar o exemplo de submissão ao trabalho. O diretor deve ser um ágil trabalhador, de forma que os profissionais pensem nele como referência no hospital e uma personalidade estável, que deve se manter muitas gerações e ser um multiplicador e acelerador de benefícios sociais e econômicos para a equipe.
- C) Saber coordenar as complexas atribuições das equipes multidisciplinares em suas atividades; renovar o pessoal com a frequência necessária para acompanhar a inovação tecnológica, pois sem renovação o hospital irá declinar e morrer; promover a motivação do pessoal para trabalhar sem os recursos necessários. E cabe ao diretor dar o exemplo de dedicação ao serviço. O diretor deve ser rápido em detectar os desvios dos objetivos, de forma que os profissionais pensem no hospital como uma instituição sustentável, que deve durar muitas gestões e ser um multiplicador e acelerador de benefícios pessoais e econômicos.

- D) Saber coordenar as atividades para se atingir os objetivos; promover programas de capacitação dos profissionais para acompanhar as inovações, pois sem renovação o hospital irá declinar e morrer; promover a motivação do pessoal para trabalhar com entusiasmo. E cabe ao diretor dar o exemplo de dedicação ao serviço. O diretor deve ser um hábil negociador, de forma que os profissionais pensem no hospital como uma instituição estável, que deve durar muitas gerações e ser um multiplicador e acelerador de benefícios sociais e econômicos.
- E) Saber completar as atividades para se atingir os objetivos; atuar em programas de capacitação para renovar os profissionais com as inovações, pois sem inovação o hospital irá ficar no passado; promover a movimentação do pessoal para trabalhar em qualquer setor do hospital com entusiasmo. E cabe ao diretor dar o exemplo dessa dedicação ao serviço. O diretor deve ser um hábil trabalhador, de forma que os profissionais pensem nele como uma referência na instituição, estável, mantendo-se por muitas gestões e sendo um multiplicador e acelerador de benefícios sociais e administrativos.
- 53.** Na apresentação do conceito de qualidade em instituições hospitalares, definem-se quatro visões particulares. Assim, é INCORRETO:
- A) O Cliente: que procura sua defesa como consumidor, no atendimento em saúde; nesta condição, está cada vez mais preocupado com sua indenização, e as leis que o amparam.
- B) O Paciente: desejando ser tratado com respeito e interesse.
- C) O Médico: procurando o fornecimento dos conhecimentos e tecnologias especializadas mais avançadas para o tratamento dos pacientes.
- D) O Conselho Administrativo: que procura ter os melhores serviços e profissionais da área de saúde, oferecendo o melhor atendimento.
- E) O Administrador: ansioso para oferecer os melhores serviços e profissionais da área de saúde, o melhor atendimento médico-hospitalar, numa avaliação contínua dos serviços prestados, visando a um programa de melhoria continuada através da educação.
- 54.** Um sistema de custos se destina a proporcionar um conjunto de dados e informações para suporte ao sistema decisório da empresa. Diante das características hospitalares, percebe-se que os sistemas de custos nessas empresas devem objetivar não somente a determinação dos preços dos serviços, mas também uma análise interna que permita melhor conhecimento dos resultados da gestão e melhoria no funcionamento da organização. Os chamados sistemas tradicionais de custeio têm sido utilizados nas últimas décadas sem apresentar quaisquer variações ao longo deste período. Os mais representativos são: por centros de custos, por ordem de produção e por processo de produção.
- Podemos definir o Sistema por Centros de Custos como:
- A) O “termo ou conceito de uma empresa que recebe os recursos e tem custos, com a finalidade de saber o quanto se aplicou para manter o atendimento à saúde. O centro de custo é, de forma geral, uma divisão técnica para se utilizar contabilmente o controle racional da subdivisão dos custos diretos e indiretos no exercício, observadas as unidades de gestão e controle”.
- B) O “lugar ou seção de uma empresa que recebe as cargas dos custos com a finalidade de saber o quanto se aplicou para mantê-la. O centro de custo é, no conceito geral, uma subdivisão técnica utilizada contabilmente para que se consiga uma racional divisão dos custos indiretos do exercício, observando-se as unidades de gestão e controle”.
- C) O “lugar ou seção de uma empresa que recebe as entradas dos custos fixos, com a finalidade de se saber o quanto se trabalha para mantê-la. Sendo assim, centro de custo é, no conceito agregado, uma divisão técnica que utiliza contabilmente as entradas, para que se consiga uma divisão justa dos resultados do exercício, observando-se as unidades de gestão e controle”.
- D) O “lugar ou seção de uma empresa que recebe os encargos dos custos trabalhistas, com a finalidade de saber o quanto se aplica para manter o atendimento. O centro de custo é, no decúbito geral, uma visão técnica usual, contabilmente para que se consiga uma divisão dos custos fixos do exercício, observando-se as variedades da gestão e do controle”.
- E) O “lugar ou seção de uma empresa que recebe as cargas dos custos com a finalidade de saber o quanto se apurou no exercício. O centro de custo é, no conceito usual, uma divisão prática, utilizada contabilmente para que se consiga uma visão dos custos variáveis da organização, observando-se as diversidades das unidades de controle”.
- 55.** No momento em que se dá a entrada do paciente no hospital, deve ser aberta uma Guia de Internamento ou internação. Quanto a este procedimento, é correto afirmar que:
- A) É o documento contábil no qual são acumulados os seus custos individuais, ou seja, todos os custos de acordo com os serviços recebidos pelo paciente durante sua estada no hospital. A determinação exata do custo de cada serviço só pode ser feita ao final de cada período mensal. Isso exige que o hospital se utilize de sistemas de custo-padrão: o total de custos de cada Centro e o número total de unidades de serviços a serem produzidas no período são previstos e depois comparados com o efetivo. Eventuais variações, tanto credoras quanto devedoras, podem ser alocadas diretamente para a conta de resultados.

- B) É o documento contábil no qual são acumulados os seus gastos individuais, ou seja, todos os gastos do paciente, de acordo com os serviços do paciente durante sua estada no hospital. A determinação exata do custo de cada serviço deve ser feita ao final de cada período anual. Isso exige que o hospital se utilize de sistemas de custeio: o total de custos de cada atividade e o número total de serviços a serem produzidos no período são revistos e comprados com o recurso faturado. Eventuais variações, tanto de fornecedores quanto de clientes, podem ser atribuídas diretamente para a conta de resultados.
- C) É o documento contábil no qual são calculados os seus dispêndios individuais, ou seja, todas as atribuições cabíveis, de acordo com os serviços autorizados para o paciente durante sua estada no leito. A definição exata do custo de cada benefício só pode ser feita ao final de cada período semanal. Isso exige que o hospital se utilize de sistemas de custo por atividade: o total de custos de cada atividade e o número total de atividades e serviços a serem produzidos no período são previstos e depois comprados, ou contratados. Eventuais variações, tanto credoras quanto devedoras, podem ser alocadas diretamente para a conta de resultados.
- D) É o documento contábil no qual são averiguados os seus custos individuais, ou seja, todos os custos recebidos pelo paciente durante sua estada no hospital. A determinação exata do custo de cada serviço só pode ser feita ao final de cada período anual. Isso exige que o hospital se utilize de sistemas de custo por padrão: o total de custos de cada entrada e o número total de unidades de serviços no período, ou saídas, são previstos e depois comparados com o efetivo. Eventuais variações, tanto credoras quanto devedoras, podem ser alocadas diretamente para a conta de resultados.
- E) É o documento contábil no qual são acumulados os seus custos individuais, ou seja, todos os custos de acordo com os serviços recebidos pelo paciente durante sua estada no hospital. A determinação exata do custo de cada serviço só pode ser feita ao final de cada período mensal. Isso exige que o hospital se utilize de sistemas de custos em que o total de custos de cada atividade e o número médio de unidades de serviços a serem produzidas no período são previstos e depois computados como efetivos. Eventuais variações, tanto de receitas quanto de despesas, podem ser ajustadas definitivamente para a conta do paciente.
- 56.** Pode-se afirmar que o enfermeiro, por suas características de trabalho no interior do hospital (conhecimento especializado, complexidade das atividades, habilidades padronizadas fora da instituição, atendimento direto aos usuários), estaria, a princípio, como parte integrante do núcleo operacional, na base da organização. No entanto, uma revisão das características do processo de trabalho no hospital moderno, considerando-o como uma instituição médica, sugere que esse profissional também atua como parte da assessoria de apoio aos médicos.
- Levando em conta essa discussão, é correto afirmar que:
- A) A enfermagem não tem características de processo de trabalho, no interior do hospital, nem de núcleo operacional, nem de assessoria de apoio.
- B) A enfermagem tem características de processo de trabalho, no interior do hospital, tanto de núcleo operacional quanto de assessoria de apoio.
- C) A enfermagem tem características de processo de trabalho, no interior do hospital, unicamente de núcleo operacional.
- D) A enfermagem tem características de processo de trabalho, no interior do hospital, apenas de assessoria de apoio.
- E) É incerto afirmar as características do processo de trabalho que a enfermagem tem no interior do hospital, se de núcleo operacional, se de assessoria de apoio.
- 57.** Quando falamos da gerência dos serviços de saúde, se não podemos afirmar que exista uma forma ótima de gerenciar, podemos, pelo menos, identificar os fatores que dificultam uma gerência eficaz dos serviços de saúde.
- Nesse sentido, o papel do gerente é fundamental na articulação das relações entre as pessoas, as estruturas, as tecnologias, as metas e o meio ambiente, incluindo aí os usuários dos serviços.
- Assinale a alternativa correta:
- A) O gerente não é apenas o responsável pelo planejamento, organização, coordenação e controle, por alocar, de maneira adequada, os recursos escassos, mas também por mobilizar e comprometer seus funcionários na organização e produção dos serviços de saúde que atendam as necessidades de saúde da população.
- B) O gerente é apenas responsável pelo planejamento e organização. A coordenação e controle é uma competência dos auxiliares e estagiários, que devem alocar, de maneira adequada, os recursos; também devem se mobilizar e se comprometer, como funcionários, na organização, e executar a produção dos serviços de saúde que atendam as necessidades da população.
- C) O gerente é o responsável pelo planejamento, organização, coordenação e controle, por alocar, de maneira adequada, os recursos escassos. Mas por mobilizar e comprometer os funcionários na organização, deve recorrer à diretoria desta para que a produção dos serviços de saúde que atendam as necessidades da população seja realizada.
- D) O gerente não é apenas o responsável pelo plano da organização e pela coordenação do controle, por alocar, de maneira adequada, os recursos dispostos a colaborar, mas, também, por mobilizar e comprometer a direção da organização. Deles depende a produção dos serviços de saúde, que assistam as necessidades da produção.
- E) O gerente não é apenas o responsável pela organização, deve ter coordenação e controle, para aferir, de maneira adequada, os recursos propostos, mas também por agilizar o comprometimento de seus funcionários, para obter na organização a produção dos serviços e a saúde da força de trabalho e que atendam às suas necessidades de saúde.

58. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS) lançada pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 198, de fevereiro de 2004, possibilita a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores da área da saúde e a construção de estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde, fortalecendo o controle social com o objetivo de produzir um impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva da população.

Considerando as decisões da Reunião da CIT do dia 21 de junho de 2007, quando houve uma revisão dessa Política, percebeu-se onde ainda é preciso avançar. Ficou definido, no Parágrafo Único, do seu Artigo 1º, que a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde:

- A) Deve considerar as especificidades regionais, a superação dessas desigualdades (regionais), as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde.
- B) Não deve considerar as especificidades regionais, nem a superação das desigualdades sociais, para definir as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde, ou a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de atendimento da saúde.
- C) Pode considerar as especificidades regionais, se a superação das desigualdades ambientais for suficiente para que as necessidades de formação e atendimento do trabalho em saúde definam a capacidade de oferta de instituições de educação na saúde.
- D) Quando considerar as especificidades sociais, deve prever as desigualdades regionais, bem como as necessidades de formação e desenvolvimento para a saúde da população, para definir sua competência e instalar a oferta de saúde na educação.
- E) Deve considerar as especificidades regionais, a superação das desigualdades nacionais, as necessidades do trabalho em saúde e a capacidade que foi instalada de oferta de ações informais de educação na saúde.

59. O Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar pressupõe os hospitais como ambientes onde se recuperam e se lidam com os valores humanos, e todos os participantes ativos na recuperação da saúde estão cientes de que tratam com seres humanos.

Trazendo para a realidade brasileira, a atenção individual à saúde corresponde aos estabelecimentos assistenciais que efetivamente compõem a rede de serviços de atendimento à população.

Dentro deste contexto maior de atenção à saúde da população, há três polos de responsabilidade. É correto afirmar que:

- A) O hospital é de responsabilidade de um deles, a chamada atenção pessoal da saúde. Nos outros polos estão os serviços de saúde pública - epidemiologia, controle de doenças sociais - e os de saúde ambiental - relacionados com o controle urbano da região.

- B) O hospital é de responsabilidade de um deles, a chamada atenção coletiva da saúde. Nos outros polos estão os serviços de saúde particular - redes de postos, consultórios de doenças especiais - e os de saúde da família - relacionados com o controle sanitário dos domicílios.
- C) O hospital é de responsabilidade de um deles, a chamada atenção individual da saúde. Nos outros polos estão os serviços de saúde pública - epidemiologia, controle de doenças infecciosas - e os de saúde ambiental - relacionados com o controle sanitário da região.
- D) O hospital é de responsabilidade de um deles, a chamada atenção especial da saúde. Nos outros polos estão os serviços de saúde pública - UPAS e postos de saúde - e os de saúde social - SUS e planos de saúde.
- E) O hospital é de responsabilidade de um deles, a chamada atenção individual da saúde. Nos outros polos estão os serviços de saúde particular - consultórios médicos e planos de saúde - e os de saúde coletiva - relacionados com o controle de doenças infecciosas.

60. Considerando a gestão de serviços de saúde, compreende-se o processo saúde-doença como:

- A) A síntese de um conjunto de orientações que operam numa comunidade periférica, produzindo, nos diferentes grupos sociais, o aparecimento de focos ou potencial característico, que por sua vez refere-se aos perfis ou padrões de condições de vida e trabalho e que sem a qualidade de vida a que cada grupo socioeconômico deveria estar exposto, que é diferente e, portanto, é igualmente diferente a sua progressão em processos de análise que produzem o aparecimento de pessoas com formas de vida características, assim como seu acesso a processos ou benefícios sociais em suas vidas.
- B) A sinopse de determinações que operam numa dada cidade, produzindo saúde nos diferentes grupos sociais que surgem nos riscos característicos, que por sua vez se manifestam na forma de perfis ou patamares de qualidade de vida a que cada grupo socioeconômico está exposto, que é diferente e, portanto, é igualmente diferente a sua exposição a processos de crescimento e desenvolvimento social, que produzem a antecipação de certas moléstias e formas de encarar diretamente, assim como seu acesso a processos ou potencializadores da saúde.
- C) A vertente de um conjunto de determinações que ocupam numa sociedade definida, produzida nos diferentes grupos de pressões sociais, com o aparecimento de riscos ou determinações de características, que por sua vez se manifestam nas formas mais básicas de reações ou atitudes que vão de encontro a conquistas de qualidade de vida a que cada grupo socioeconômico está exposto, que é diferente e, portanto, é diferente a sua exposição a processos de emancipação que produzem o aparecimento de classes e formas de vida regionais, assim como seu acesso a processos e benefícios em termos de saúde.

- D) A síntese de um conjunto de determinações que operam numa sociedade concreta, produzindo, nos diferentes grupos sociais, o aparecimento de riscos ou potencialidades característicos, por sua vez manifestos na forma de perfis ou padrões de doenças ou saúde, e que a qualidade de vida a que cada grupo socioeconômico está exposto é diferente e, portanto, é igualmente diferente a sua exposição a processos de risco que produzem o aparecimento de doenças e formas de morte específicas, assim como seu acesso a processos benéficos ou potencializadores da saúde e da vida.
- E) Em síntese trata-se de um conjunto de definições que uma sociedade aceita, produzindo, nos diferentes grupos sociais o aparecimento de comportamentos ou potencialidades características, que por sua vez se manifestam na forma de expressão social ou econômica, com padrões de comportamento que definem sua saúde e a qualidade de vida a que cada grupo socioeconômico está exposto. Que é diferente e, portanto, é mesmo diferente a sua exposição a processos de risco que produzem, em grupos diferentes, o aparecimento ou desaparecimento de doenças e formas de vida específicas, bem como seu acesso aos benefícios ou condições de saúde.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

A Sociedade Brasileira vem sofrendo inúmeras mudanças ao longo do tempo e a Administração Pública vem evoluindo para acompanhá-la. A evolução da administração pública em nosso país passou por três modelos diferentes: a administração patrimonialista, a administração burocrática e a administração gerencial. Essas modalidades surgiram sucessivamente ao longo do tempo, não significando, porém, que alguma delas tenha sido definitivamente abandonada. Defina, sucintamente, cada um desses modelos de administração e seus princípios, contextualizando sua evolução ao longo do tempo, apontando os pontos fortes e de fragilidade de cada um deles.

Questão 02

O governo brasileiro é uma República Federativa, onde a União, os Estados Membros e os Municípios, são autônomos, promovem a organização administrativa nesses três níveis governamentais, expressas no art. 37 da Constituição Federal de 1988. No sistema governamental brasileiro, há quatro espécies de Administração Pública: Administração Pública Federal (representada pela União, tem por finalidade o dever de administrar os interesses); Administração Pública do Distrito Federal (representada pelo Distrito Federal, tem por finalidade atender aos interesses da população ali residente, e de ser responsável pelo recebimento de representações diplomáticas ao Brasil quando em visita); Administração Pública Estadual (promove todas as iniciativas para satisfazer os interesses da população de seu limite territorial geográfico como estado – membro); Administração Pública Municipal (zelar pelos interesses da população local dentro dos limites territoriais do município). Neste contexto, defina brevemente, Administração Pública Direta e Indireta, caracterizando-as.

Questão 03

A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, trata dos princípios inerentes à Administração Pública: “Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. São princípios incidentes não apenas sobre os órgãos que integram a estrutura central do Estado, incluindo-se os pertencentes aos três Poderes (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), mas também de preceitos genéricos igualmente dirigidos aos entes que em nosso país integram a denominada Administração Indireta, ou seja, autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais ou estatais. Descreva, de forma objetiva, cada um dos princípios constitucionais da Administração Pública relacionados.

Questão 04

Diferentemente de uma empresa de personalidade privada, em organizações públicas não existe uma continuidade de comando, pois os diretores, provedores ou presidentes são eleitos pela sociedade (comunidade diretamente lotada na Unidade) ou indicados como cargos de confiança do Estado. Evidentemente estes eleitos adquirem o status de serem “diretores” de uma organização importante.

A diretoria, por sua vez, nomeia um médico para a diretoria clínica do hospital, que pode ser por indicação dos médicos do corpo clínico ou por escolha política da própria diretoria. Este médico tem a função de ser o responsável técnico do hospital e ser o elo de ligação entre a organização e os médicos, que em sua maioria são profissionais autônomos, não possuindo vínculo de Dedicção Exclusiva.

Nesta formatação organizacional se observa que a figura do “dono do negócio” (no sentido da propriedade privada) não está presente, e se formam “feudos” de interesses dentro destas organizações. Estes feudos tentam conduzir a organização conforme seus interesses. Existe, nestes casos, uma clara distinção entre objetivos oficiais e objetivos operacionais, já que esses objetivos estão relacionados às atividades desses grupos. Defina, brevemente, estes dois tipos de objetivos da organização:

Questão 05

Num Modelo Estruturado para o Planejamento e Controle de Produção, considera o hospital como uma organização consistindo de unidades, ou setores de produção (médicos especialistas, patologia clínica, internação, entre outros) relativamente independentes em uma estrutura comum. Os princípios de controle de produção podem ser aplicados para cada uma dessas unidades, ou setores, de produção independente, mas não para o sistema como um todo.

O administrador deve planejar os processos que configuram a produção, que podem ser descritos em diversos níveis neste modelo, para ajustar a oferta com a demanda. Descreva, em poucas palavras, as preocupações e objetivos do planejador quando trata: I) do planejamento e controle de pacientes ou grupos de pacientes; e, II) do planejamento e controle dos recursos.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO